

# Para ministro, há crise estrutural no sistema

BRASÍLIA — O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, acusou ontem as instituições de ensino superior de não prepararem os jovens brasileiros para as exigências do mercado de trabalho. O ministro abriu o Seminário Nacional sobre Ensino Superior afirmando que há uma crise estrutural no sistema público e privado e convocou o setor a fazer reformas profundas. "As reivindicações se limitam a exigir mais verbas e maior facilidade para credenciamento de universidades privadas."

"Há uma percepção clara de que algo não vai bem em nosso ensino superior", disse Paulo Renato a uma plateia de reitores e administradores de instituições privadas. "Há uma nítida consciência de que muitos dos diplomas não servem para nada; não preparam nossos jovens para o mundo extremamente competitivo e exigente."

"Apesar dos múltiplos problemas, não parece existir, nem no setor público nem no privado, uma consciência de que a crise do sistema é de natureza estrutural e exige reformas", disse o ministro em seu discurso.

A discussão pela sociedade e a participação de mais de 90% dos formandos no primeiro provão revelaram, segundo o ministro, que a sociedade espera melhorias do sistema. "O debate mostra que a sociedade quer mais da sua universidade", disse ele. O ministro citou os eixos centrais da política do MEC: avaliação, autonomia universitária plena e melhoria do ensino.

O governo defende a aplicação de diferentes graus de autonomia para modelos diferenciados. A partir da au-

**PRINCIPAIS PONTOS DA FALA DO MINISTRO**

- ✓ Os pilares da política do governo para o ensino superior são: avaliação, autonomia plena e melhoria do ensino
- ✓ O Estado deve aumentar sua função de avaliador do sistema
- ✓ O Conselho Nacional de Educação tem dado reconhecimento a cursos por apenas cinco anos
- ✓ Em 97, as ações de fomento de programas da Capes e da Sesu serão unificadas
- ✓ Em dois anos, serão investidos R\$ 650 milhões no aperfeiçoamento do ensino superior
- ✓ A autonomia plena fará com que as universidades federais possam redefinir seu caráter e sua vocação
- ✓ Instituições de ensino devem publicar balanços e seguir normas de contabilidade que se aplicam às sociedades anônimas
- ✓ As faculdades devem gastar, no mínimo, 60% do orçamento com salários de professores
- ✓ Eventual controle para criação de novos cursos deveria se concentrar nas áreas de saúde, do direito, da pedagogia e das engenharias

tonomia, cada instituição repensaria sua vocação, sem que precisassem associar ensino, pesquisa e extensão.

Algumas teriam caráter regional, outras enfatizariam o ensino de graduação e outras assumiriam o papel de líderes do sistema, com pesquisa

em áreas de ponta. "A cada um desses modelos deveria corresponder uma certa estrutura de gastos e um tipo de carreira dos professores." Excluindo os inativos, o ensino superior consome 76% dos 18% da arrecadação federal. **Reitores** — As despesas com o paga-

mento de professores e funcionários consomem mais de 90% dos orçamentos das universidades públicas, incluindo os vencimentos dos inativos. Mas para o presidente do Conselho de Reitores, José Martins Filho, reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), os percentuais com o pagamento dos docentes não deve ser fixado pelo MEC, mas pelas necessidades de cada universidade. As faculdades particulares pensam que antes de impor a nova tabela será preciso rever a questão da inadimplência.

Para discutir assuntos debatidos durante o primeiro dia do seminário, os reitores decidiram se reunir ontem à noite em encontro paralelo. Eles estranharam o fato de não terem sido chamados para participar da organização do seminário. "Estamos aqui como ouvintes", comentaram alguns. Em São Paulo, cerca de 87% dos recursos da Unicamp vão para o pagamento de pessoal. Na Universidade de São Paulo (USP), metade das despesas com docentes vai para os aposentados.

O vice-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), José Henrique Vilhena, acha que a recomendação do ministro se destina apenas às faculdades particulares porque as públicas já ultrapassam o teto de 60% com o pagamento de pessoal.

O ministério vai encaminhar proposta de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior. A intenção é dar a garantia de que continuará investindo nas federais 75% dos 18% que devem constitucionalmente ser aplicados no setor.